

CLIPPING IMPRESSO

07/06/2019



ÍNDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
2.3. DESEMBARGADOR.....	4
2.4. VARA CRIMINAL.....	5 - 6
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. DECISÕES.....	7 - 10
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
4.2. DECISÕES.....	12
4.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13 - 14
4.4. JUÍZES.....	15 - 16
4.5. POSSE.....	17
4.6. VARA CRIMINAL.....	18 - 19

Acusado de homicídio é absolvido em julgamento

O juiz Samir Araújo Mohana Pinheiro, titular de Guimarães, presidiu nesta quarta-feira (5) uma sessão do Tribunal do Júri popular na comarca, na qual foi levado a julgamento Jonas Ferreira Louzeiro, que estava sendo acusado de crime de homicídio praticado contra João Batista Farias Louzeiro, em crime ocorrido em 4 de março do ano passado. Jonas Ferreira Louzeiro foi absolvido por decisão do Conselho de Sentença.

De acordo com o inquérito policial, o acusado Jonas Louzeiro e outro homem conhecido como Iranilson Araújo Ferreira, no lugar conhecido como Clube do Inaldo, teriam cometido o crime de homicídio contra João Batista a golpes de faca.

Na data citada, Iranilson teria abordado a vítima durante uma festa que ocorria no local. Iranilson estaria armado com um facão, desferindo vários golpes em João Batista e causando lesões graves. O inquérito relata, ainda, que Jonas também teria desferido alguns golpes de faca em João Batista. O réu Jonas Ferreira Louzeiro alegou legítima defesa e Iranilson assumiu a prática delitiva, ressaltando que quando chegou à festa já teria encontrado Jonas sangrando na cabeça e nos pés. Atuaram na sessão do Tribunal do Júri, além do juiz

TRIVIAL VARIADO

O Tribunal de Justiça do Maranhão está implantando políticas de sustentabilidade com o intuito de estimular a preservação do meio ambiente.



Casamento Comunitário

A Corregedoria Geral da Justiça inscreverá casais residentes em São Luís interessados em participar do Casamento Comunitário da Capital, acertado para 9 de novembro. Os noivos deverão comparecer munidos da documentação exigida para o ato e com duas testemunhas para a efetivação das inscrições, a serem realizadas no auditório do Centro Pedagógico Paulo Freire, na Universidade Federal do Maranhão.

PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br
 @holandaph



A PROCURADORIA Mariléa Campos e o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, celebrando as bodas de coral (35 anos de casados), que simbolizam o amadurecimento e a fortificação do relacionamento, assim como acontecem com os corais marinhos, que levam anos até se constituírem totalmente. Ou seja, a cada dia, a relação vai sendo moldada, ganhando forma, força e durabilidade

Divulgação



Joanderson, Gildean e Gustavo, as vítimas da chacina em Coquinho

Juiz adia audiência sobre a chacina de jovens em Coquinho

Adiamento foi pedido pelo advogado de um dos acusados; nova sessão será realizada no dia 14

O Poder Judiciário adiou para o próximo dia 14 a audiência de instrução e julgamento do caso da chacina ocorrida na área de construção de um condomínio do programa federal Minha Casa, Minha Vida, no Coquinho, zona rural da capital. Este ato criminoso ocorreu no dia 3 de janeiro deste ano e resultou na morte de Joanderson da Silva Diniz, de 17 anos; Gildean Castro Silva, de 14 anos, e Gustavo Feitosa Monroe, de 18 anos.

A polícia informou que os acusados, o soldado da Polícia Militar Hamilton Caires Linhares, e o vigilante Evilásio Lemos Ribeiro Júnior foram presos por ordem judicial. O militar no quartel do comando-geral, no Calhau, e vigilante, em Pedrinhas.

Essa audiência estava prevista para ocorrer na quarta-feira, 5, no salão da 2ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, mas o magistrado, Gilberto de Moura Lima, acatou o pedido de adiamento feito pelo advogado do militar, que alegou estar doente.

A audiência vai contar com a participação da promotora de Justiça Cristiane Lago. Durante a sessão, 24 testemunhas, entre acusação e defesa, serão ouvidas, assim como os acusados. Em seguida, o juiz vai conceder o prazo de cinco dias para a acusação e defesa para as suas alegações finais. Somente após essa etapa o magistrado vai decidir se os acusados se submeterão a Júri Popular.

Mais ocorrência

Quem participou, ontem, de uma audiência de instrução, foi o faccionado Pablo Martins Silva, o *De Menor*, de 18 anos, mas no fórum de Paço do Lumiar, no Maiobão. Ele, em companhia de seu irmão, um adolescente de 16 anos, mataram a tiros João Victor Melo e Francivaldo Carvalho da Silva, no dia 15 de janeiro deste ano, no Sítio Natureza, em Paço do Lumiar.

As vítimas, que eram funcionários de uma empresa prestadora de

serviço da Cemar, foram mortas por terem cortado a energia elétrica da residência da namorada do acusado, nessa localidade. Ontem ocorreu a segunda audiência de instrução presidida pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Paço do Lumiar, Roberto de Paula. Foram ouvidas seis testemunhas e os acusados. A primeira audiência ocorreu no dia 28 do mês passado, quando três pessoas prestaram esclarecimentos sobre o fato para o magistrado.

Prisão

De Menor está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas desde o dia 22 de janeiro deste ano. Ao depor na SHPP, que declarou que praticou o crime por estar com raiva devido às vítimas terem cortado a energia elétrica da residência onde o seu filho estava dormindo, no Sítio Natureza. Ele confirmou que o seu irmão também atirou nas vítimas.

O irmão de Pablo Martins foi apreendido no dia 17 de janeiro pela Polícia Civil na residência de uma tia, no Paraná, em Paço do Lumiar. Ele foi apresentado na SHPP, onde afirmou que no dia do crime estava jogando videogame em companhia de colegas na Rua A, no Sítio Natureza, quando foi procurado por *De Menor* para cometerem o duplo assassinato.

O adolescente declarou, ainda, que abordaram as vítimas dentro do veículo da prestadora de serviço para a Cemar, e ali mesmo os mataram. Segundo ele, Pablo Martins teria efetuado os três primeiros tiros e ele completou o serviço. Em relação à arma utilizada no crime, o adolescente afirmou que estava com seu irmão, mas nunca foi localizada pela polícia. ●

NA WEB

Cabeleireiro é morto a tiros em seu salão em Lago do Junco

oestadoma.com/467980

São Pedro da Água Branca: prefeito acionado por irregularidades na Saúde *P4cl*

SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA**Município e prefeito são acionados por irregularidades nas unidades de saúde**

Devido a uma série de ilegalidades no sistema municipal de saúde, constatadas em auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), o Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 17 de maio, Ação Civil Pública (ACP) de obrigação de fazer com pedido liminar contra o Município de São Pedro da Água Branca e pessoalmente contra o prefeito Gilsimar Ferreira Pereira.

Assina a manifestação ministerial a titular da Promotoria de Justiça de São Pedro da Água Branca, Fabiana Santalucia Fernandes.

Dentre as irregularidades verificadas estão problemas estruturais no Hospital Municipal, postos e unidades de saúde, número insuficiente de

servidores e procedimentos irregulares na área de biossegurança e gerenciamento de resíduos, falta de habilitação específica de profissionais e ausência de equipamentos e insumos para atendimento dos pacientes.

Também foi constatado que a Lei Municipal nº 140/2009, que institui o Conselho Municipal de Saúde, não obedece à Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012 e à Lei nº 8.142/1990 sobre a porcentagem de usuários, profissionais de saúde e membros no governo no referido órgão paritário.

O correto seria que a representação dos membros do conselho tivesse 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de representan-

tes do governo e prestadores de serviço. Entretanto, a lei municipal prevê a porcentagem de 25% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 50% do governo.

Além disso, o Conselho Municipal não possui instalação física, dotação orçamentária, registro da indicação formal de seus membros pelas entidades que representam, ato de nomeação e eleição formal de sua diretoria. Não há registro de reuniões ou deliberações para análise (aprovação ou desaprovação) do relatório de prestação de contas anual e relatório anual de gestão.

O Denasus apontou que as informações registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) estão desatualiza-

das. Foram verificadas, ainda, irregularidades nos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários, com ausência de profissionais para cumprimento da carga-horária mínima, falta de assistência odontológica, falta de equipamentos de proteção e segurança.

HOSPITAL MUNICIPAL E SAMU

O número de médicos é insuficiente para assegurar o atendimento ininterrupto e eficaz do Hospital Municipal nos três turnos. Uma médica faz o atendimento aos sábados e domingos e o outro médico é responsável por todo o atendimento, de segunda a sexta, 24 horas por dia. "A situação em questão, claramente, ex-

põe a risco a população local, já que o processo de fadiga imposto aos médicos em questão, especialmente ao responsável pelos atendimentos de segunda a sexta certamente em algum momento não poderá desempenhar adequadamente suas funções por falta de repouso", questionou, na ACP, Fabiana Santalucia.

Não existe no setor de urgência material para reanimação cardiorrespiratória, como desfibrilador, respirador/ventilador, nem fonte de oxigênio. O risco de contaminação é iminente, pois não existe a Central de Material Esterilizado (CME) e de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN).

A limpeza é feita com detergentes e saneantes domésticos quando deveriam ser utilizados detergentes en-

zimáticos para lavagem de artigos médicos.

Constatou-se que não é realizada capacitação de servidores em biossegurança e gerenciamento de resíduos; não há Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde; o telefone 192 do Samu do município não está funcionando e o Samu não possui desfibrilador portátil nem respirador/ventilador para reanimação dos pacientes.

PROBLEMAS COMUNS

Nenhuma unidade de saúde, nem mesmo a ambulância do Samu, possui extintores de incêndio aptos a serem utilizados. Todos os equipamentos estão fora do prazo de validade ou quebrados.

Há motoristas de ambulânc-

cia não habilitados para a direção de veículo de emergência; não há ponto eletrônico e foram constatadas irregularidades nas folhas impressas em todas as unidades de saúde, a exemplo da falta de assinatura, assinaturas de entrada e saída simultâneas, assinaturas retroativas; não existe identificação e sinalização nos setores das unidades de saúde; existem profissionais de saúde sem registro no respectivo conselho de classe, especialmente técnicos em laboratório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

As contratações dos profissionais de saúde ocorrem de modo precário, e os documentos não são arquivados; não existe arquivo ordenado e completo com a documenta-

ção referente aos pagamentos promovidos, inclusive em relação à execução de despesas relacionadas a ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, com recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde; não existe monitoração da qualidade da água de consumo humano, nem encaminhamento de laudos à Vigilância Sanitária Estadual; há funcionários trabalhando sem equipamento de proteção individual, notadamente nos serviços de lavanderia e limpeza; não existem normas/rotinas de procedimentos, bem como de protocolos médicos escritos; não existem protocolos escritos de processo de esterilização, bem como de higiene do ambiente.

PEDIDOS

O Ministério Público do

Maranhão solicitou ao Poder Judiciário a concessão de liminar para que o Município de São Pedro da Água Branca seja obrigado a adotar uma série de providências, com cumprimento entre 30 e 90 dias, para sanar todas as irregularidades constatadas, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1 mil a ser descontada diretamente do patrimônio do prefeito Gilsimar Ferreira Pereira. Também foi pedida a condenação final do Poder Executivo municipal.

Em virtude da situação emergencial, a Promotoria de Justiça pediu que a Justiça obrigue, no prazo de cinco dias, a prefeitura a recolher os resíduos junto às Unidades Básicas de Saúde Maria Diva e Vanderlândia; indicar um diretor para o Hospital Municipal; providenciar o reparo do veículo utilizado como Samu, implementando rotina de manutenção contínua, preventiva e corretiva em relação a todas as ambulâncias do Município.

Nos pedidos, a promotora de justiça Fabiana Santalucia assinala que a regularização dos problemas não inviabiliza o possível cometimento de crime de desobediência, configuração de ato de improbidade administrativa, além de eventual interdição das unidades de saúde. (*Johelton Gomes / CCOM-MPMA*)

Divulgação



Gilsimar Ferreira Pereira, prefeito de São Pedro da Água Branca

TJMA lança selos de reconhecimento a municípios e empresas

O Poder Judiciário do Maranhão promove no próximo dia 11 (terça-feira), às 9h, solenidade de lançamento dos selos de reconhecimento “Município Amigo da Justiça” e “Empresa Amiga da Justiça”, no Gabinete da Presidência do Tribunal (Praça Pedro II, Centro).

O evento será conduzido pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, pelo presidente do Núcleo de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec), desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu. A iniciativa visa reconhecer empresas e municípios que colaborem com a Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, por meio de práticas e canais que estimulem a solução alternativa das demandas – por intermédio do diálogo, da conciliação, mediação, renegociação de dívidas, etc.

Na oportunidade, serão assinadas pelas autoridades portarias instituindo os selos. Na mesma data será lançada a página do “Balcão de Renegociação Digital”, ambiente virtual destinado ao encontro de consumidores em situação de inadimplência e empresas ou entidades públicas, com ofertas de renegociação com abatimentos e parcelamentos que buscam adequar o valor das dívidas à capacidade de pagamento. O Balcão de Renegociação integra o Programa de Atenção ao Consumidor em Situação de Inadimplência, instituído pelo Núcleo de Conciliação do TJMA. Também será confirmada parceria entre o Tribunal de Justiça e o Conselho Regional de Contabilidade para disponibilidade, na página do Balcão de Renegociação Digital, de projetos selecionados em um concurso com alunos do curso de Contabilidade.

São Pedro da Água Branca

Município e prefeito são acionados por irregularidades nas unidades de saúde

Devido a uma série de ilegalidades no sistema municipal de saúde, constatadas em auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), o Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 17 de maio, Ação Civil Pública (ACP) de obrigação de fazer com pedido liminar contra o Município e pessoalmente contra o prefeito Gilsimar Ferreira Pereira.

Assina a manifestação ministerial a titular da Promotoria de Justiça de São Pedro da Água Branca, Fabiana Santalucia Fernandes. Dentre as irregularidades verificadas estão problemas estruturais no Hospital Municipal, postos e unidades de saúde, número insuficiente de servidores e procedimentos irregulares na área de biossegurança e gerenciamento de resíduos, falta de habilitação específica de profissionais e ausência de equipamentos e insumos para atendimento dos pacientes.

Também foi constatado que a Lei Municipal nº 140/2009, que institui o Conselho Municipal de Saúde, não obedece à Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012 e à Lei nº 8.142/1990 sobre a porcentagem de usuários, profissionais de saúde e membros no governo no referido órgão paritário.

O correto seria que a representação dos membros do conselho tivesse 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de representantes do governo e prestadores de serviço. Entretanto, a lei municipal prevê a porcentagem de 25% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 50% do governo.

Além disso, o Conselho Municipal não possui instalação física, dotação orçamentária, registro da indicação formal de

seus membros pelas entidades que representam, ato de nomeação e eleição formal de sua diretoria. Não há registro de reuniões ou deliberações para análise (aprovação ou desaprovação) do relatório de prestação de contas anual e relatório anual de gestão. O Denasus apontou que as informações registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) estão desatualizadas. Foram verificadas, ainda, irregularidades nos Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários, com ausência de profissionais para cumprimento da carga-horária mínima, falta de assistência odontológica, falta de equipamentos de proteção e segurança.

HOSPITAL MUNICIPAL E SAMU

O número de médicos é insuficiente para assegurar o atendimento ininterrupto e eficaz do Hospital Municipal nos três turnos. Uma médica faz o atendimento aos sábados e domingos e o outro médico é responsável por todo o atendimento, de segunda a sexta, 24 horas por dia. “A situação em questão, claramente, expõe a risco a população local, já que o processo de fadiga imposto aos médicos em questão, especialmente ao responsável pelos atendimentos de segunda a sexta certamente em algum momento não poderá desempenhar adequadamente suas funções por falta de repouso”, questionou, na ACP, Fabiana Santalucia.

Não existe no setor de urgência material para reanimação cardiorrespiratória, como desfibrilador, respirador/ventilador, nem fonte de oxigênio. O risco de contaminação é iminente, pois não existe a Central de Material Esterilizado (CME) e de Unidade de Alimentação e

Nutrição (UAN). A limpeza é feita com detergentes e saneantes domésticos quando deveriam ser utilizados detergentes enzimáticos para lavagem de artigos médicos. Constatou-se que não é realizada capacitação de servidores em biossegurança e gerenciamento de resíduos; não há Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde; o telefone 192 do Samu do município não está funcionando e o Samu não possui desfibrilador portátil nem respirador/ventilador para reanimação dos pacientes.

PROBLEMAS COMUNS

Nenhuma unidade de saúde, nem mesmo a ambulância do Samu, possui extintores de incêndio aptos a serem utilizados. Todos os equipamentos estão fora do prazo de validade ou quebrados. Há motoristas de ambulância não habilitados para a direção de veículo de emergência; não há ponto eletrônico e foram constatadas irregularidades nas folhas impressas em todas as unidades de saúde, a exemplo da falta de assinatura, assinaturas de entrada e saída simultâneas, assinaturas retroativas; não existe identificação e sinalização nos setores das unidades de saúde; existem profissionais de saúde sem registro no respectivo conselho de classe, especialmente técnicos em laboratório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

As contratações dos profissionais de saúde ocorrem de modo precário, e os documentos não são arquivados; não existe arquivo ordenado e completo com a documentação referente aos pagamentos promovidos, inclusive em relação à execução de despesas relacionadas a ações e serviços de saúde no âmbito do SUS, com recursos recebidos do Fundo Nacional de Saúde; não

existe monitoração da qualidade da água de consumo humano, nem encaminhamento de laudos à Vigilância Sanitária Estadual; há funcionários trabalhando sem equipamento de proteção individual, notadamente nos serviços de lavanderia e limpeza; não existem normas/rotinas de procedimentos, bem como de protocolos médicos escritos; não existem protocolos escritos de processo de esterilização, bem como de higiene do ambiente.

PEDIDOS

O Ministério Público do Maranhão solicitou ao Poder Judiciário a concessão de liminar para que o Município de São Pedro da Água Branca seja obrigado a adotar uma série de providências, com cumprimento entre 30 e 90 dias, para sanar todas as irregularidades constatadas, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1 mil a ser descontada diretamente do patrimônio do prefeito Gilsimar Ferreira Pereira. Também foi pedida a condenação final do Poder Executivo municipal.

Em virtude da situação emergencial, a Promotoria de Justiça pediu que a Justiça obrigue, no prazo de cinco dias, a prefeitura a recolher os resíduos junto às Unidades Básicas de Saúde Maria Diva e Vanderlândia; indicar um diretor para o Hospital Municipal; providenciar o reparo do veículo utilizado como Samu, implementando rotina de manutenção contínua, preventiva e corretiva em relação a todas as ambulâncias do Município. Nos pedidos, a promotora de justiça Fabiana Santalucia assinala que a regularização dos problemas não inviabiliza o possível cometimento de crime de desobediência, configuração de ato de improbidade administrativa, além de eventual interdição das unidades de saúde.

FOTOGRAFIA

RENOMADO FOTÓGRAFO ABRE EXPOSIÇÃO SOBRE FESTA DO DIVINO

PÁGINA 6

DIVULGAÇÃO



FOTOGRAFIA

RENOMADO FOTÓGRAFO ABRE EXPOSIÇÃO SOBRE FESTA DO DIVINO NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Nelson Melo

Está ocorrendo, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a exposição "O divino e seus devotos: tempos de celebrar", do renomado fotógrafo ludovicense Charles Eduardo. Com 25 fotos, as imagens narram passo a passo a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, que acontece anualmente na cidade maranhense de Alcântara e que é prestigiada por turistas de vários países.

Ao JP Turismo, Charles contou que a primeira exposição sobre a Festa do Divino aconteceu em 2016, sendo que é a primeira vez que as fotos são exibidas no Fórum Sarney Costa. Para ele, o evento religioso tem um significado muito grande. Em suas idas a Alcântara, o fotógrafo já presenciou cenas que o deixaram emocionado, como uma na qual um rapaz caminhava pelas ruas da cidade com uma vela enorme nas mãos.

O sebo quente da vela escorria pelas mãos dele, que parecia não sentir a dor. Conversando com o homem, Eduardo descobriu que ele estava pagando uma promessa por ter sobrevivido a uma cirurgia cardíaca. Outra cena mostrava um senhor descalço carregando o mastro pelas ruas de Alcântara. "Dá para notar que há milagre ali, sim, e isso me comove espiritualmente. Essas coisas me impulsionam para bater as fotos com prazer, mostrando a expressão sincera dessas pessoas durante a celebração", expressou Charles.

E prosseguiu ao dizer que a festa "traz uma energia muito forte. De fato, eu sinto a presença do Divino ali". Ele contou que, durante seu trabalho para a exposição, chega a dormir na rua, para não perder nenhum momento do festejo. "Eu fico preparado com a máquina na mão.



A EXPOSIÇÃO MOSTRA PASSO A PASSO A CELEBRAÇÃO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO



CHARLLES EDUARDO AO LADO DE SUAS FOTOGRAFIAS EXPOSTAS NO FÓRUM SARNEY COSTA

Qualquer movimento, eu fico alerta para fazer o registro", assinalou o

entrevistado, que atua no ramo da fotografia há uma década.

De lá para cá, Charles trabalhou na Revista Maranhão Turismo e fez curso de fotografia no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. "Eu fiz várias pesquisas sobre grandes fotógrafos internacionais, nacionais e locais, como Sebastião Salgado e Meireles Júnior", pontuou o autor da exposição. O maranhense também citou a importância do fotógrafo suíço Barnabás Bosschart para sua carreira. "Eu tenho dois livros escritos por ele sobre Alcântara e isso até hoje me influencia bastante", destacou.

A exposição "O divino e seus devotos: tempos de celebrar" vai até o próximo dia 14. Do Fórum, as fotografias serão expostas em outros locais, como o Centro Cultural do Ministério Público, na Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz), Canto da Fabril.

Informe JP

Othelino e Rafael em Seminário do MP (I)

O presidente da Assembleia Legislativa, Othelino Neto), e o deputado Rafael leitoa prestigiaram, ontem (6), a abertura do Seminário Estadual de Educação Ambiental, na Procuradoria Geral de Justiça (PGJ). Promovido pelo Ministério Público, o evento será encerrado nesta sexta-feira (7).

O objetivo do Seminário foi debater sobre experiências no âmbito da educação ambiental formal e não-formal.

Com palestras, oficinas e mesas redondas, o encontro também visa o incentivo e a promoção de ações de educação ambiental, com a construção participativa de políticas públicas.

Othelino e Rafael em Seminário do MP (II)

Sob a coordenação do advogado Sávio Dino Júnior, Othelino Neto participou do painel sobre o tema ‘O Contexto do Meio Ambiente no Maranhão: passado, presente e futuro’.

O painel também contou com a participação do juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Douglas de Melo Martins; do promotor Fernando Cabral Barreto e do secretário de Estado do Meio Ambiente, Raphael Ribeiro.

Sobe/Desce

Desce

A ex-prefeita de Bom Jardim, Malrinete dos Santos Matos, foi condenada a devolver, junto com as empresas Contrex e J W Comércio e Serviços, o montante de R\$ 9.733.211,33 (nove milhões, setecentos e trinta e três mil, duzentos e onze reais e trinta e três centavos), valor de contratos que foram celebrados com dispensa de licitação e/ou com direcionamento de licitação.

Empossados magistrados em Juizados

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, empossou, ontem (6), os juízes Marcelo José Amado Libério e Cleonice Conceição do Nascimento, no Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar, respectivamente.

Os magistrados são titulares da Comarca da Ilha de São Luís e a permuta na referida comarca, de entrância final, foi aprovada em sessão plenária administrativa ordinária da Corte estadual de Justiça de quarta (5).

Joaquim Figueiredo parabenizou os magistrados desejando êxito na nova jornada profissional. A leitura do Termo de Posse foi feita pelo diretor-geral do Tribunal, Mário Lobão. Marcelo José Amado Libério –



que ingressou na magistratura em 1997 – disse que é um novo desafio atuar no Juizado Especial da Fazenda Pública. Sobre sua passagem no Juizado de São José de Ribamar, ele afirmou que a unidade judicial é a que mais distribui na Ilha e que lá envidou esforços para tornar mais célere a prestação jurisdicional. A juíza Cleonice Conceição do Nascimento, por sua vez,

desenvolve as atividades judicantes desde o ano de 1992. “A minha expectativa quanto à permuta é muito boa porque sempre trabalhei em Juizados, onde atuo já há algum tempo. Tenho boas perspectivas em relação ao trabalho a ser desenvolvido no Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar”, frisou.

Realizada segunda etapa da audiência de acusado de matar terceirizados da Cemar

PÁG. 12

FOTOS: GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO



“De Menor” prestou depoimento sobre sua participação nas mortes de Francivaldo e João Victor

Paço do Lumiar

Realizada segunda etapa da audiência de acusado de matar terceirizados da Cemar

NELSON MELO

Ocorreu, nessa quinta-feira (6), a segunda etapa da audiência de instrução e julgamento de Pablo Martins da Silva, de 18 anos, no Fórum de Paço do Lumiar. Ele, que é conhecido como "De Menor", é acusado da morte de João Vítor Melo e Francivaldo Carvalho da Silva, funcionários da terceirizada da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), crime ocorrido em 15 de janeiro deste ano.

A sessão começou por volta das 14h30, sendo que o acusado foi ouvido, assim como as testemunhas do crime. Convém relembrar que a primeira parte da audiência aconteceu no dia 28 de maio. Naquele dia, foram ouvidas três testemunhas. Pablo esteve no Fórum, mas não foi interrogado pelo juiz Roberto de Oliveira Paula, titular da 3ª Vara Criminal de Paço do Lumiar.

PRISÃO DE PABLO

"De Menor" se apresentou na Superintendência Estadual de Investigação de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) na tarde do dia 22 de janeiro. Ele é apontado como sendo o mentor do crime e o autor de pelo menos três disparos que mataram os colaboradores que prestavam serviços para a Cemar. Como já havia contra ele um mandado de prisão temporária, Pablo Martins acabou preso. Ele chegou à SHPP em companhia de um advogado e, após ser



"De Menor" prestou depoimento sobre sua participação nas mortes de Francivaldo e João Victor

ouvido pelo polícia, saiu em diligência com Jeffrey Furtado e uma equipe de investigadores, para que localizassem a arma utilizada no crime. De acordo com informações do delegado, em seu depoimento, "De Menor" afirmou que a arma utilizada no crime teria sido deixada em um terreno, mas, naquele momento, não foi encontrada.

VERSÃO DO AUTOR

Em sua versão, "De Menor" disse que, minutos antes do crime, estava na residência de sogra, quando os terceirizados da Cemar chegaram e efetuaram o corte da energia; inconformado, o suspeito chegou a reclamar solicitando que a energia fosse religada. "Como

não foi atendido, levando em consideração a inadimplência, Pablo ameaçou os trabalhadores e disse que os derrubariam 'a bala'. Segundo ele, os funcionários teriam dito que arma não era somente para bandido usar; e, ao saírem para realizar um novo corte em outro local, ele se juntou ao seu irmão, foram até 'Chacal', pegaram a arma de fogo e assassinaram os dois", explicou Jeffrey.

SOBRE O CASO

Dois funcionários da empresa Consórcio Norte Engenharia, que presta serviços para a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), identificados como João Vítor Melo e Francivaldo Carvalho da

Silva, foram executados a tiros na manhã do dia 15 de janeiro, no bairro Sítio Natureza, em Paço do Lumiar.

Segundo informações, as vítimas realizavam trabalhos de cortes de energia na região, quando, dentro do carro, foram alvejados com tiros na cabeça; ambos morreram no local. De acordo com o delegado Jeffrey Furtado, uma das hipóteses aponta que o crime teria sido ocasionado pelo corte de energia de uma das residências. No dia 17 de janeiro, a polícia apreendeu um adolescente de 16 anos; irmão de "De Menor". Em seu depoimento, o adolescente teria confessado sua participação no duplo homicídio que culminou com a morte dos trabalhadores.